

O professor e os conflitos na escola: a indiferença ou o enfrentamento?

Marcos Jorge*
Marcelle O. Kowalski**

Resumo

No presente artigo analisa-se a questão da violência escolar vivenciada por professores do ensino fundamental da rede pública do município de Londrina, PR. Os dados foram coletados por meio de questionários com questões abertas e fechadas. A partir destes procuram-se identificar as posturas que os professores adotam diante de atos qualificados como agressão aos seus direitos, como, por exemplo, agressões verbais, físicas, assédios, ataques ao patrimônio pessoal, etc. Pôde-se observar que são inúmeras as situações de conflitos em que os professores são vítimas no seu local de trabalho. Por outro lado, constatou-se forte descrédito por parte desses docentes em denunciar as agressões e/ou buscar reparações nas autoridades competentes ou acionar o sistema jurídico, o que contribui para deteriorar ainda mais as condições de trabalho docente na atualidade.

Palavras-chave: Violência escolar. Professores. Londrina. Condições de trabalho docente.

1 INTRODUÇÃO

O contexto em que se insere a sociedade atual, marcada pela crise do mundo do trabalho reflete-se de várias formas no mundo educacional, por exemplo, a transferência de responsabilidades da família para a escola na educação e so-

* Doutor em Educação; professor adjunto do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), PR; Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445), *Campus* Universitário, 86051-990 – Londrina, PR; mje-duc@gmail.com

** Especialista em Metodologia da Ação Docente pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), PR.

cialização das crianças e jovens para além da formação intelectual. Tal situação acarreta no ambiente escolar conflitos que envolvem professores, alunos e seus pais além do corpo de profissionais da educação.

Na perspectiva de Lapo e Bueno (2003) as inquietações dos professores dizem respeito à falta de estímulos para o crescimento profissional, condições de trabalho precárias, baixa remuneração, etc. Enfim, um conjunto de experiências frustrantes e expectativas que nunca se realizam trazem como consequência imediata o abandono do magistério; o que diferencia as características dessa renúncia é a faixa etária e o tempo de serviço.

Alguns aspectos relacionados com o contexto social mostram-se relevantes para a insatisfação com o trabalho docente: sobrecarga de trabalho, falta de uma maior atenção da família em relação ao desempenho escolar dos filhos, um sentimento de inutilidade em relação ao trabalho que realizam, uma certa “concorrência” desigual com outros meios de transmissão de informação e cultura (televisão, cinema, mercado editorial e de mídias eletrônicas) e um aspecto muito enfatizado pelos professores: o modo como está organizado o sistema educacional.

O professor, assim, não controla a direção do seu trabalho, nem escolhe as condições em que ele se processa, dependendo do mercado de trabalho que desvaloriza seu “produto” e que não se importa com sua competência. De acordo com Lapo e Bueno (2003) as relações não priorizam a solidariedade e não valorizam o trabalho realizado, geram sentimentos de raiva e medo, baixa autoestima e frustração, e os professores assumem “[...] posturas defensivas que podem ir desde comportamentos agressivos, críticas excessivas até o distanciamento do ambiente, restringindo o convívio ao mínimo possível.” (LAPO; BUENO, 2003, p. 78).

Dessa forma, a escola, ao assumir um papel burocrático e secundariamente de agência educadora, elabora em suas práticas cotidianas um espaço de trabalho caracterizado pela fragmentação e pela alienação, como enfatiza Nóvoa:

De fato, o desenvolvimento histórico dos sistemas educativos e das escolas, bem como a organização cotidiana das tarefas docentes, sempre procurou dissuadir qualquer tentativa de trabalho coletivo entre professores. (NÓVOA apud FAZENDA, 1995, p. 37).

Entre os fatores que contribuem para um maior mal-estar profissional entre os professores e o abandono do magistério está a baixa remuneração, no entanto, contrariando o senso-comum essa questão não costuma ser a principal queixa dos professores. Lapo e Bueno (2003) apontam que a falta de perspectiva de crescimento profissional e as péssimas condições de trabalho são o que costumam gerar com mais frequência o “mal-estar docente”, pois a crença na importância do ensino para as futuras gerações, a percepção de reconhecimento e valorização da atividade docente por parte dos alunos, dos pais e da sociedade, a garantia de condições satisfatórias de trabalho e de salário condizente com o esforço são cruciais para um adequado exercício da profissão.

O objetivo deste trabalho, resultado de uma monografia apresentada ao Curso de Metodologia de Ação docente da Universidade Estadual de Londrina, é verificar em que medida as condições de trabalho dos professores da rede municipal de Londrina, PR são facilitadoras para a vivência de conflitos no interior da escola, seja entre professores e alunos na sala de aula, seja entre professores e pais de alunos, seja entre os profissionais da escola (direção, zelaroria, administração). O instrumento de coleta de dados foi o questionário, que aponta situações que ora confirmam, ora contestam algumas hipóteses levantadas. Ao tratar o desrespeito aos direitos dos professores e sua conseqüente desvalorização como profissional, tem-se o interesse de entender e refletir sobre o desenvolvimento deste processo de desvalorização do magistério no município. O propósito deste trabalho foi identificar se os professores já sofreram algum tipo de agressão física, verbal e moral e quem foram as pessoas que os agrediram. No decorrer do estudo o questionário mostrou ser um instrumento eficaz de coleta de dados. Acredita-se que uma das variáveis que o qualificaram tenha sido uma relativa homogeneidade sociocultural dos sujeitos respondentes.

2 A PESQUISA E SEUS RESULTADOS

Foram distribuídos 74 questionários em seis escolas municipais de Londrina, dos quais retornaram 38, o percentual de devolução foi acima da média para esse tipo de instrumento de coleta de dados, um dos fatores positivos talvez

seja a relativa homogeneidade dos respondentes, bem como a pesquisa ter sido realizada logo após uma greve da categoria, no entanto alguns questionários não continham a totalidade das questões respondidas.

Os dados tabulados revelaram um perfil dos professores informantes: 35 são mulheres (92,2% e três (7,8%) são homens e atuam como educadores físicos, o que corrobora a tese de que a sala de aula é um local de trabalho feminino. A faixa etária oscila entre 25 e 55 anos, 22 (57,8%) variam entre 36 e 45 anos, dez (26,3%) entre 25 e 35 anos e seis professores (15,7%) entre 46 e 55 anos.

Dos respondentes, 23 professores (60,5%) são casados, dez (26,3%) solteiros e cinco (13,1%) são divorciados ou separados. Treze dos informantes (34,2%) não têm filhos, e 25 (65,7%) têm; entre estes apenas um tem mais de três filhos. Em sua maioria, os respondentes afirmaram ter um filho (23,6%, nove professores) ou dois (21%, oito professores). Tais dados refletem a queda na taxa de fertilidade, que parece ser homogênea para o país como um todo.

Em relação à formação acadêmica os professores: 6 não possuem curso superior, 5 não informaram seu curso de graduação e para os demais tem-se os seguintes dados: graduação em Pedagogia (9), Letras (6), Educação Física (5), Normal superior (4), Administração de empresas (1), Economia (1), Direito (1).

Em sua grande totalidade 71%, 27 docentes possuem o nível de especialização *lato sensu* (seis professores, 15,7% afirmaram possuir dois títulos de especialização). Treze professores (34,2%) não mencionaram qual especialização cursaram, os cursos de especialização informados foram (administração e supervisão escolar – 4, educação especial – 3, didática geral – 3, gestão escolar – 2, supervisão e coordenação – 2, metodologia do ensino – 2, psicopedagogia – 2, filosofia – 1 e economia – 1). Tais dados evidenciam um esforço desses profissionais em continuar sua formação intelectual concomitante ao seu trabalho em sala de aula. É preciso ressaltar as políticas do próprio município, em particular da Secretaria municipal de educação, no sentido de estimular a qualificação dos seus quadros, seja mediante concessão de auxílios financeiros, seja mediante convênios com universidades.

Para os objetivos do trabalho, é necessário apresentar dois conjuntos de informações que se reputam importantes na análise da questão sobre a violência

sofrida pelos respondentes, trata-se do tempo em que atuam no magistério municipal e na escola em que estão atualmente lotados.

Na situação de professores da rede municipal onze docentes (28,9%) informaram que estão há menos de 5 anos; nove (23,6%) atuam entre 6 e 10 anos, cinco (13,1%) possuem de 11 a 15 anos de trabalho, seis professores (15,7%) possuem entre 16 e 20 anos de prefeitura, outros seis professores (15,7%) declararam estar entre 21 e 25 anos e um docente possui mais de 2 anos de tempo de magistério municipal. Embora muitos informem terem mais de 21 anos de experiência profissional, não permaneceram no mesmo local de trabalho o tempo todo, constata-se que 14 docentes (36,8%) que responderam ao questionário estão no atual local de trabalho há, pelo menos, um ano. Trabalham na mesma escola no período compreendido entre 1 e 5 anos, 14 professores (36,8%), seis (15,7%) afirmam estar nessa escola entre 6 e 10 anos, quatro (10,5%) estão no período compreendido entre 11 e 15 anos e oito professores (21%) entre 16 e 20 anos.

Uma questão especialmente pertinente à pesquisa foi colocar aos respondentes se conheciam e haviam lido os documentos relativos ao estatuto profissional do magistério. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é conhecido por 30 (78,9%) dos 38 respondentes. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Lei 9.394/96) é mencionada por 34 docentes (89,4%) seguido pelo Regimento Escolar lido por 32 professores (84%). O estatuto do servidor municipal e o estatuto do magistério municipal de Londrina são os menos conhecidos: 13 docentes (34,2%) e 12 professores (31,5%) respectivamente afirmam tê-los lidos. É possível que o fácil acesso aos dois primeiros, bem como sua divulgação pela mídia explique um maior conhecimento de ambos.

Indagados sobre o reconhecimento que a sociedade deve ao profissional do magistério, em especial, do ensino fundamental, 23 professores (60,5%) afirmam que nem sempre se sentem reconhecidos, 12 deles (31,5%) acreditam que não recebem o devido respeito e 2 (5,2%) entendem que a sociedade lhes concede reconhecimento. Alguns professores responderam:

Os pais não compreendem qual o papel do professor na escola. Um pai quis me bater porque coloquei sua filha no reforço. Um outro gritou comigo porque, na saída, uma criança bateu no seu filho (E., 38 anos, 19 de magistério).

A sociedade não reconhece e não respeita a profissão de professor porque a classe é desunida e muitos professores não se dão o devido respeito (J2, 28 anos e 11 de magistério).

As crianças e adolescentes das escolas que trabalho são muito carentes valorizam muito os professores. Acredito que essa valorização seja pela carência afetiva que as crianças apresentam (W., 39 anos e 21 de magistério).

Um percentual significativo de docentes mencionou sentir esgotamento perante o acúmulo de exigências que recaem sobre si, entre estas a dupla jornada, porém 24 professores (63,1%) relatam que se sentem muito incompreendidos por pais, alunos ou colegas de profissão. No entanto a opção por abandonar o magistério ainda não se coloca para a maioria dos respondentes, 27 informantes (71%) não cogitam essa possibilidade no curto prazo, outros 11 (28,8%) “pensam seriamente” em trocar de profissão.

Dessa forma, reconhecendo as condições estressantes em que atuam os professores questiona-se se algum já sofreu agressões físicas, verbais ou algum tipo de constrangimento, ou ameaças: 26 docentes (68,4%) da amostragem relataram que já tiveram esse tipo de experiência, oito professores (21%) responderam que nunca foram ameaçados ou agredidos e quatro (10,5%) não responderam ao quesito. Entre os exemplos de agressão relatados pelos professores, citam-se alguns exemplos:

Fui humilhada e agredida verbalmente por uma mãe (F., 30 anos e 10 de profissão).

Foi uma mãe que veio conversar comigo com um pedaço de mangueira nas mãos, porque a filha foi para uma sala de alunos fracos. No final ficou tudo bem (U., 41 anos e 23 de magistério).

Sofri constrangimento quando a irmã de um aluno jogou um dinheiro que ele estava devendo para a escola na minha mesa durante uma reunião de professores e disse algumas coisas bem chatas. Acho que foi a pior situação (K., 36 anos e 13 de magistério).

Já fui ameaçada de morte duas vezes: a primeira foi na porta da sala de aula na escola em que trabalho há 5 anos, por uma mãe que me acusava de ter agredido seu filho. Lembro exatamente

das palavras que ela usou: “Cuidado professora porque pode te acontecer alguma coisa na rua. Conheço muita gente que pode te fazer mal.” A segunda vez foi em uma escola municipal na qual não trabalho mais. Fiz uma denúncia ao Conselho Tutelar a respeito de um pai que espancava e abusava sexualmente dos filhos. Na época eu era professora do caçula e a criança me contou que ao receber a notícia, o pai disse: “Eu vou matar essa professorinha, quem ela pensa que é?” (J2, 28 anos e 11 de magistério).

Entre as agressões praticadas por alunos, alguns professores relataram terem sofrido agressões físicas e verbais, ao tentarem impor limites ou ao separarem brigas:

Um aluno me ameaçou caso eu contasse que ele vinha armado para a escola (P., 42 anos e 27 de magistério).

Já sofri chutes, arranhões e puxões de cabelo dentro da sala de aula por tentar colocar limites a alunos indisciplinados e já fui chamada por palavrões de baixo calão pelo mesmo motivo (J2, 28 anos e 11 de magistério).

Em alguns casos a agressão partiu dos servidores da escola:

Um funcionário homem já gritou comigo, quase mandando-me calar a boca por algo que eu o acusava (Z., 46 anos e 28 de magistério).

Sofri ameaças e constrangimentos dentro da escola pela chefia imediata. Motivo: ter concorrido à direção da escola (N., 40 anos e 13 de magistério).

Já fui constrangida e ameaçada por outros funcionários públicos relacionados à área de educação por cobrar-lhes comprometimento com o seu trabalho e a resolução de problemas que lhes competiam e dos quais os referidos funcionários se esquivavam (J2, 28 anos e 11 de magistério).

Tive dois processos administrativos que foram arquivados por falta de provas acusatórias e fartas provas de defesa (B2, 40 anos e 19 de profissão).

Sobre terem sofrido assédio moral ou sexual, vinte professores (52,6%) relatam que nunca vivenciaram tais situações; nove docentes (23,6%) não responderam e o mesmo percentual afirmou ter sido vítima de tais constrangimentos. Três (7,8%) especificaram terem sofrido assédio moral, como, por exemplo, retaliações por parte de superiores por aderir a algum movimento grevista ou por colocar o nome à candidatura da direção da escola.

Assédio moral por parte de uma colega de profissão que, na época, estava na coordenação. Estou certa que o motivo foi abuso de poder. Fui humilhada e desacreditada perante meus colegas de trabalho. Comecei a ter insônia e ataques constantes de alergia (J., 29 anos e 14 de magistério).

Assédio sexual (E., 38 anos e 19 de magistério).

O ataque ao seu patrimônio pessoal é outra forma de agressão que os professores estão sujeitos; 16 (42,1%) informaram que já tiveram algum bem pessoal ou profissional (comprado com o próprio dinheiro) violado. O automóvel foi o alvo desses ataques para seis professores (15,7%), com pintura riscada e pneus furados; o mesmo percentual já sofreu o roubo de material como canetas esferográficas, lapiseiras, estojos, livros, cadernos, papel sulfite, apagador, giz, pastas, etc. e 5 (13,1%) tiveram quantias em dinheiro furtadas. No entanto, 15 professores (39,4%) da amostragem nunca vivenciaram tais experiências, sete docentes (18,4%) não se manifestaram sobre a questão.

Importante observar que algumas perguntas do questionário que inquiriam sobre como a direção da escola procede quando um professor sofre danos ao seu patrimônio obtiveram um alto percentual de não-preenchimento. Indagou-se, por exemplo, se o professor comunicou à direção da escola quando tomou conhecimento de algum ano ao seu patrimônio, seis (15,6%) optaram por não fazê-lo e assumiram a responsabilidade pelo ocorrido, ao serem descuidados com o bem ou porque entenderam ser muito difícil descobrir o autor do delito, doze professores (31,5%) comunicaram à direção da escola, para oito deles (21%) esta não se mostrou disposta a investigar os motivos da agressão, seis professores (15,7%) responderam que a chefia imediata procurou resolver o problema, mas não conseguiu apurar satisfatoriamente as responsabilidades

pelo ato de violação; a maioria dos informantes 20 (52,6%) não respondeu. Essas agressões são as mais variadas possíveis como pode ser verificado a partir de algumas respostas:

Tive o talão de cheques furtado por um aluno. A direção tomou providências e fez os pais assinarem um termo de responsabilidade, deixando claro que na próxima ocorrência chamaria a polícia (R., 36 anos e 19 de magistério).

Tive um material de pré-escola roubado por uma das minhas próprias colegas de trabalho. Não comuniquei à direção, pois sei quem foi mas não tenho como provar (J2, 28 anos e 11 de magistério).

[Foi] furto (material de trabalho e dinheiro). Não comuniquei pois tinha certeza que nenhuma atitude seria tomada e se tornaria mais um desgaste para mim (J., 29 anos e 14 de magistério).

Já me pegaram R\$ 50,00 da bolsa. Foi uma criança de 5 anos que, além de tudo me agrediu, pois não queria devolver. A direção foi comunicada e conversou com a criança (F., 30 anos e 10 de magistério).

Meu carro foi riscado por um aluno muito indisciplinado. Não comuniquei nem à direção nem aos pais da criança. Fiquei com receio deles o agredirem como sempre faziam (Z., 46 anos e 28 de magistério).

Riscaram toda a lateral do meu carro e também já furaram os quatro pneus. Comuniquei à direção e registrei queixa no Conselho Tutelar. Não foi feito nada (W., 39 anos e 21 de magistério).

Um Fiat Uno que eu tinha. Num determinado colégio alguns alunos murcharam três pneus do carro e escreveram palavra obscena no pára-lama do veículo com prego. Como eu era o diretor auxiliar na época, eu mesmo tomei as providências, mas não consegui descobrir o autor do delito (N., 40 anos e 13 de magistério).

Apesar de não acostumarem relatar determinados acontecimentos à direção, um contingente expressivo de professores, 60,5%, o que corresponde a 23 res-

pondentes, consideram a direção da escola a instância adequada e suficiente para solucionar conflitos entre professores, alunos, funcionários, pais e a comunidade. Dividir a responsabilidade com o Conselho de Escola, Conselho Tutelar, toda a equipe pedagógica e até mesmo com a secretaria municipal da educação foi a avaliação feita por quatro professores (10,5%). Outras respostas apuradas foram:

Em alguns casos não. Mas o Conselho Tutelar também não resolve (M., 37 anos e 18 de magistério).

Deveria ser [responsabilidade da direção da escola], mas não age como tal. As agressões sofridas por nós professores estão virando caso de polícia (J2, 28 anos e 11 de magistério).

Normalmente é a mais indicada, quando a própria direção não é o problema (X., 37 anos e 14 de magistério).

Uma direção que não consegue resolver os problemas internos fica sem crédito e logo surge outra “liderança” (I., 54 anos e 15 de magistério).

Não é suficiente. É necessária a participação de todos. Temos muitos problemas com alunos devido à falta de participação e colaboração dos pais (W., 39 anos e 21 de magistério).

Embora um alto índice de professores tenha relatado casos de agressão física ou verbal, ameaças, constrangimentos, assédios moral e sexual além de violação do patrimônio, contraditoriamente 23 respondentes (65%), um número expressivo, afirmaram que nunca tiveram seus direitos trabalhistas desrespeitados no local de trabalho. Como explicar tal paradoxo? Talvez a resposta de um professor consiga elucidar essa incoerência:

Acredito que não, talvez porque eu não tenho pleno conhecimento de quais são realmente meus direitos (J., 29 anos e 14 de magistério).

Apenas sete docentes (18,4%) afirmaram que tiveram seus direitos trabalhistas desrespeitados. Seguem alguns relatos com as possíveis instituições aos quais recorreram para a preservação de seus direitos:

Sim. Na liberação de horas extras, no vasculhar minha sala [...]. Recorri ao Sindiserv [Sindicato dos Servidores Municipais] e à SME [Secretaria Municipal de Educação] (B2., 40 anos e 19 de magistério).

Sim: direito à orientação para encaminhamento de alunos com problemas físicos e emocionais, direito a me expressar, direito eleitoral e direito à liberdade de escolha. Busquei orientação no Sindiserv, no Conselho Tutelar, SME, Ministério Público, Delegacia da Mulher (J2, 28 anos e 11 de magistério).

Foi indagado se os professores já haviam recorrido aos serviços especializados de advogados trabalhistas, no sentido de defender seus direitos agredidos, 19 (50%) informaram que nunca pensaram ou fizeram uso de tal profissional, 11 docentes (28,9%) já buscaram tais serviços e oito professores (21%) não responderam.

Este estudo verificou que o grupo que mais se envolve em discussões ou situações que resultam em algum tipo de ameaça ou agressões contra os professores são os pais de alunos (55,2% das respostas) seguido pelos alunos (34,2%), chefia imediata (15,7%), comunidade em geral (13,1%), funcionários e professores e 15,7% não responderam.

Quando perguntados quais as possíveis atitudes que pudessem ser empreendidas para que a dignidade profissional e o respeito aos profissionais do magistério pudessem ser resgatados, três professores (7,8%) afirmaram ser preciso despertar maior espírito de união entre esses trabalhadores, dois profissionais (5,2%) sugeriram envolver mais a comunidade local em atividades da escola, com o intuito de desenvolver a consciência dos pais, quatro docentes (10,5%) defenderam maior profissionalismo da parte do professorado concomitante ao abandono do tradicional paternalismo associado à profissão, outras sugestões foram apontadas:

Defender suas idéias e não deixar terceiros palpitarem no seu trabalho: sugestões sim, intromissão não (U., 41 anos e 23 de magistério).

Valorizar-se em primeiro lugar, estar ciente de seu papel de mestre e argumentar sempre, sendo educado e ponderado (E., 38 anos e 19 de magistério).

Ser mais ético, ter ideal e demonstrar isso aos pais e alunos, ter educação, tratando a todos (pais e alunos) com respeito (Z., 46 anos e 28 de magistério).

Deveria ter punições rigorosas para inibir qualquer ação violenta ou desrespeitosa (L2., 32 anos e 12 de magistério).

Mostrar aos pais e alunos e comunidade que ser professor é uma profissão que exige uma formação (muitos anos de estudo), dedicação. Que o trabalho é planejado, exige reflexões constantes e pesquisa. Que, ao contrário do que se pensa, não é qualquer pessoa que pode entrar em uma sala de aula e dar aula (pelo menos não com qualidade) (S., 27 anos e 5 de magistério).

Deveriam se unir e fazer valer seus direitos e não ficar relevando ações para não causar conflitos (S., 27 anos e 5 de magistério).

Nem tudo você precisa correr atrás de sindicatos, advogados, secretaria etc. Com diálogo, compreensão e paciência você também chega lá (U., 41 anos e 23 de magistério).

Deveria haver regras/punições mais rígidas, chegando até a penalidade aos pais, caso ocorressem danos à moral ou ao físico do professor com alunos descontrolados na sala de aula (O., 48 anos e 12 de magistério).

Manter a postura que a profissão requer, não se esquecendo, em nenhum momento, dos limites, seus e dos outros (L., 41 anos e 23 de magistério).

Expor que o papel da escola e seus membros é tão somente adquirir e transmitir o conhecimento e não ser todas as profissões – mãe, pai, médico, enfermeiro, entre outras (D., 26 anos e 6 de magistério).

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A situação em que se encontram as relações dentro do contexto escolar tem contribuído para manter os professores em estado de constante angústia diante

das crescentes exigências que a sociedade impõe ao mundo escolar, concomitante à perda de prestígio e falta de reconhecimento social, manifesto muitas vezes em situações de desacato e desrespeito aberto à categoria. Alguns relatos dos questionários enfatizam essa dimensão muito atual do trabalho docente:

Cada dia mais a sociedade cobra posturas que não fazem parte da nossa profissão. Somos profissionais, humanos e não somente missionários (A2., 54 anos e 30 de magistério).

Como ter respeito da comunidade se não temos respeito dos governos municipal, estadual e federal? (K2., 45 anos e 20 de magistério).

Neste trabalho pôde-se observar que os professores costumam adotar uma posição passiva diante de situações constrangedoras, ameaçadoras ou assédio. Muitas vezes, a remoção para outro local de trabalho costuma ser a atitude mais comumente adotada pelos docentes atingidos. Constatou-se, pelas respostas ao questionário, que há bastante empenho dos professores em trabalhar em um espírito colaborativo com a comunidade de entorno à escola, também é importante salientar que nenhum dos participantes apresentou escolaridade de nível médio, critério até pouco tempo adotado para sua contratação, o número de professores com título de pós-graduação (*lato sensu*) superou os com título de graduação.

Alguns relatos explicitam certo conformismo ante as situações adversas, como ter o patrimônio pessoal ou profissional violado:

Só coisas pequenas, como riscar o carro e a moto (X., 37 anos e 14 de magistério).

Por outro lado, outros lutam contra esse sentimento de impotência e recorrem a instituições que os auxiliem a resolver os conflitos. Segundo uma representante sindical entrevistada, depois que as tentativas com a direção da escola falharam, a Secretaria municipal de educação (SME) parece ser a primeira instância a ser procurada, uma reunião de conciliação entre as partes é realizada, são lavradas atas, e, conforme a gravidade do acontecido, são instaurados processos administrativos. Esgotados os recursos da SME os docentes recorrem ao Sindicato, no qual prevalecem as reclamações contra as chefias, raramente os professores

levam ao conhecimento do Sindicato queixas sobre violências física ou verbal que por acaso tenham sofrido de pais de alunos, em ambos os casos o procedimento padrão é a remoção do local de trabalho. Acredita-se que o ideal seria que os professores tomassem a posição de enfrentamento dessas situações constrangedoras e/ou violentas, a fim de que a recorrência à SME ou ao sindicato da categoria ocorresse em último caso, configurando a escola como um espaço de confluências de interesses e responsabilidades envolvendo todo o seu entorno.

Outro ponto importante que se pretende abarcar neste trabalho diz respeito à possível consciência que os professores têm sobre seus direitos. Os documentos mais importantes no que concerne à salvaguarda de seus direitos e deveres trabalhistas são o Estatuto dos servidores públicos do município de Londrina (Lei 4.928/92) e o Estatuto do magistério municipal de Londrina (Lei 3.964/87), sendo os dois documentos menos citados e lidos pelos respondentes. Acredita-se que o desconhecimento da legislação é um fator crítico no estabelecimento de relações profissionais construtivas, seja para o bom encaminhamento das tarefas e o seu gerenciamento, seja para o enfrentamento de dificuldades inerentes a todo trabalho coletivo.

4 CONCLUSÃO

No decorrer da pesquisa verificou-se que o professor vem passando por uma crise de identidade resultante, entre outros fatores, do processo de modernização da sociedade que o coloca em “competição” com as novas tecnologias, as mídias pedagógicas, o mercado editorial, ou seja, com um mundo informacional externo e mais atraente que a escola. Um maior acesso ao ensino superior possibilitou que muitos pais de alunos tenham curso superior e questionem abertamente o trabalho pedagógico realizado pela escola na educação de seus filhos. Esse efeito de massificação do grau universitário também serviu para uma maior oferta de mão-de-obra no campo educacional, o que em resultou, em diferentes graus, uma proletarização do trabalho docente.

Outro fator que afetou a escola foi a configuração que o Estado adquiriu ao longo da década de 90, denominado “Estado mínimo”. Conceito fortemente vinculado ao processo de globalização econômica que, entre outros pontos, de-

fende a plena liberdade dos chamados agentes econômicos livres de toda regulamentação estatal; dentro dessa ótica todos os negócios geridos pelo Estado devem ser privatizados. Na impossibilidade de fazê-lo em áreas como a Educação esse ideário preconiza uma participação “mínima” do Estado e paulatinamente estabelece espaços jurídicos para que a chamada “sociedade civil” (voluntariado, associações de diversos perfis, as ONGs etc.) assuma responsabilidades com as escolas. Tal quadro serve para alimentar situações conflitivas, pois os espaços e alcances de intervenção da sociedade e do Estado nos negócios educacionais não são definidos e, muitas vezes, entram em choque com a legislação e com os direitos dos professores como categoria do funcionalismo público.

Acredita-se ser essencial que, mesmo inserido em um contexto de proletarização, os professores trabalhem para sedimentar uma identidade profissional, ou seja, construir a profissão professor, defendendo a qualidade de sua formação, o seu *ethos* profissional, o que significa enfrentar o processo de proletarização e afirmar o caráter formativo de cidadania da escola, em detrimento da abordagem meramente instrumental que embasa a visão contemporânea.

The teacher and conflicts in the school: indifference or the confrontation?

Abstract

The present article analyzes the question of school violence lived deeply by professors of the basic education in public schools of the city Londrina - PR. The data had been collected through questionnaires with open and closed questions. To leave of these they are looked to identify the positions that the professors adopt ahead of qualified acts as aggression to its rights, as for example, verbal, physical aggressions, attacks to the personal patrimony, sieges etc. We could observe that the situations of conflicts are various where the professors are victims in job. In the other side is very strong the incredulity of these professors in denouncing the aggressions and/or searching repairings to the competent authorities or to appealing on the legal system, this situation to still more spoil the conditions of teaching work in the present time.

Keywords: School violence. Teachers. Londrina, PR. Teaching basic education conditions.

REFERÊNCIAS

FAZENDA, Ivani (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1995.

LAPO, F. R.; BUENO, B. O. Professores: desencanto com a profissão e abandono o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 65-88, mar. 2003.

LONDRINA. Secretaria de Negócios Jurídicos. Lei n. 4.928/92. **Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Londrina, PR, 1992**. Disponível em: <<http://www.londrina.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2004.

LONDRINA. Secretaria de Negócios Jurídicos. Lei n. 3.964/87. **Estatuto do Magistério Municipal de Londrina**. Londrina, 1987.

Recebido em 13 de abril de 2008

Aceito em 24 de outubro de 2008